



VERSÃO TEXTO

O ESTADO DE S. PAULO**ESPAÇO ABERTO**

Quinta-feira, 9 de dezembro de 2004

Os prêmios do Tesouro Nacional

Roberto Macedo

Uma solenidade no Ministério da Fazenda (MF) marcará amanhã, em Brasília, a entrega do Prêmio Tesouro Nacional. Trata-se da nona rodada anual do prêmio instituído pela secretaria de idêntico nome e do mesmo ministério, com o propósito de estimular pesquisas sobre finanças públicas.

Até o ano passado, as monografias competiam em três áreas: Ajuste Fiscal e Dívida Pública, Tópicos Especiais de Finanças Públicas e Tributação e Orçamentos e Sistemas de Informação sobre a Administração Financeira Pública. Neste ano foram adicionadas duas outras: Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Mercosul. Os prêmios são atraentes - R\$ 10 mil, R\$ 5 mil e R\$ 2,5 mil em cada área - e há também o prestígio que vem com eles.

Foram inscritas 130 monografias (novo recorde anual), avaliadas por uma comissão julgadora de dez membros, da qual novamente participei. Obviamente, nenhum teve condições de ler todos os trabalhos apresentados, cada um com cerca de 70 páginas. Contudo, avanços da informática e na administração do prêmio pela Escola de Administração Fazendária (Esaf), também do MF, facilitaram o trabalho da comissão. Assim, um profissional contratado e membro da comissão se dedicou por várias semanas a uma primeira triagem das monografias, depois de omitida a autoria, agrupadas num CD com os textos integrais e seus resumos, entregue a cada membro da comissão.

Em seguida, estes se dividiram em duplas segundo as referidas áreas e tomaram vários dias para listar um conjunto ainda menor para a avaliação final. Nesta, presentes os membros da comissão, cada um indicou os trabalhos para premiação sem necessariamente seguir a lista previamente elaborada por outros membros. Os prêmios foram conferidos às monografias que receberam mais indicações em cada área. Mais uma vez, houve grande convergência das indicações, sem os atritos que às vezes ocorrem em comissões desse tipo.

Com 744 monografias apresentadas e 109 delas premiadas nos seus nove anos, o Prêmio do Tesouro Nacional gerou o maior acervo nacional de pesquisas sobre finanças públicas. As premiadas podem ser encontradas no site www.tesouro.fazenda.gov.br (exceto as deste ano, ainda não colocadas). Os estudos interessam de perto a administradores públicos, a pesquisadores e ao público em geral. Em particular, chamo a atenção para o fato de que há na Esaf um prato cheio, ou melhor, uma pilha deles, à disposição da imprensa, com assuntos merecedores de reportagens e de entrevistas com seus autores.

Isso é demonstrado pelos trabalhos que destacarei entre os premiados este ano. Os três da primeira área (de A. F. A. da Silva Júnior, D. O. Cajueiro e T. Yoneyama, R. S. V. Cabral e M. L. M. Lopes, e J. F. M. de Moraes e J. P. de Andrade), além de centrados na temática importantíssima e atual da gestão da dívida pública, abordam sua relação com a política cambial e a monetária. Em particular, o último defende a fixação de uma

meta para a dívida pública no contexto da política de metas de inflação, o que abriria maior espaço para reduzir a taxa básica de juros.

Na segunda área, o premiado em primeiro lugar (de I. F. S. Ferreira e M. S. Bugarin) é particularmente interessante, por abordar a crucial relação entre política e questões fiscais, frequentemente negligenciada nas análises econômicas. Esse estudo mostra uma correlação positiva entre o alinhamento político de prefeitos e governadores e as transferências voluntárias de Estados para municípios, com um "ciclo fiscal de meio de mandato" dado pelo crescimento delas no segundo e no quarto anos de mandato dos prefeitos, mormente no segundo ano, em função das eleições estaduais. Os outros premiados nessa área (de N. L. Paes e M. L. Siqueira e de N. L. C. da Silva, O. A. F. Tourinho e Y. L. B. Alves) têm como tema comum a simulação de efeitos de uma reforma tributária, entre eles os macroeconômicos e sobre a distribuição de renda.

Na terceira área, o primeiro colocado (de W. C. C. Rosa) é uma análise do desempenho do programa Rio Creche, da cidade do Rio de Janeiro, com uma metodologia que faz o acompanhamento de recursos, aferindo desvios relativamente a critérios preestabelecidos. Na quarta área, dois trabalhos premiados (de W. de Oliveira e de F. Rocha) abordam avanços e dificuldades da LRF. Na quinta, o primeiro colocado (de L. L. Chagas) trata de aspectos fiscais de uma moeda única no Mercosul.

Outra novidade é que desta vez os autores premiados são na sua maioria funcionários públicos de carreira. Nas primeiras edições do prêmio predominavam os trabalhadores vindos das universidades, que progressivamente perderam espaço na competição. O lado bom dessa predominância de quadros da administração pública é que ela revela o aprimoramento deles, com todos os premiados (exceto um) ostentando títulos de mestre ou doutor, ou estando no processo de alcançar um deles, principalmente o segundo. O lado negativo é a percepção de que nas Faculdades de Economia que realizam pesquisas vem caindo o interesse por estudos de temas nacionais e respectivas implicações para a formulação de políticas públicas, com vários pesquisadores priorizando trabalhos publicáveis em revistas científicas que privilegiam contribuições metodológicas e formulações abstratas. O negativo não está em fazer esses trabalhos, mas no desequilíbrio de interesse em relação aos temas nacionais.

Os trabalhos e os resultados do Prêmio do Tesouro Nacional são uma fonte permanente de conhecimento e de estímulo a novos e indispensáveis estudos, pois é na má administração das instituições e finanças públicas que estão muitas das raízes do insatisfatório desempenho da economia brasileira nos últimos 25 anos.

Roberto Macedo, economista (USP), com doutorado pela Universidade Harvard (EUA), é pesquisador da Fipe-USP e professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie. E-mail: roberto@macedo.com

<http://txt.estado.com.br/editorias/2004/12/09/aberto001.html>

Copyright © 2005 O Estado de S. Paulo. Todos os direitos reservados.